



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ACTA N.º 42/X/3.ª

Aos onze dias do mês de Junho do ano dois mil e oito reuniu, pelas doze horas e vinte minutos, na sala quatro, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 41;
2. Apreciação e votação do Parecer sobre a **PPL n.º 199/X (GOV)** *Autoriza o Governo a alterar o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, bem como a adaptar o regime geral das contra-ordenações tendo em vista a criação de um quadro sancionatório no âmbito do exercício de funções do Conselho Nacional de Supervisão da Auditoria* - Relator: Deputado Luís Rodrigues (PSD);
3. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 362/X/2.ª Relator: Deputado Jorge Machado (PCP);
4. Apreciação de informação relativa ao PJI 183/X - Iniciativa Legislativa de Cidadãos;
5. Apreciação do parecer da Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires sobre a competência da Comissão relativamente às seguintes iniciativas legislativas:
 - **Proposta de Lei n.º 198/X (GOV)** *Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/23/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2006, relativa à licença comunitária de controlador de tráfego aéreo;*
 - **Proposta de Lei n.º 208/X (GOV)** *Autoriza o Governo a criar um regime jurídico relativo à qualificação inicial e à formação contínua dos motoristas de determinados veículos rodoviários afectos ao transporte rodoviário de mercadorias e de passageiros, procedendo à transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 2003/59/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Julho de 2003;*
6. Admissibilidade da Petição n.º 432/X/3ª da iniciativa Sindicato dos Trabalhadores de Impostos, cabendo o relator ao Grupo Parlamentar do PS;
7. Outros Assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vítor Ramalho (PS), iniciou a reunião submetendo à votação a acta n.º 41, que foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) para apresentar o parecer da Proposta de Lei n.º 199/X (GOV). O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou da palavra para saudar o relator e o parecer produzido, e evocou o disposto na Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro, “Regime das Associações Públicas Profissionais”, questionando se o texto daquela autorização legislativa e, mais precisamente, o decreto-lei autorizado, estariam ou não conformes com ela. O Senhor Deputado Luís Rodrigues (PSD) confirmou-o e lembrou que estava em causa a transposição de uma Directiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. De seguida, foram submetidas à votação as Partes I (Considerandos) e III (Conclusões), as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou o relatório final da Petição n.º 362/X/2.^a, da iniciativa da Plataforma dos Intermitentes e Outros, «*Pela criação de um regime laboral e direitos sociais para o trabalho intermitente*» e cujo parecer dispõe o seguinte:

“Considerando que a presente petição foi subscrita por mais de **4.000** cidadãos, a sua apreciação pelo plenário da Assembleia da República reveste carácter obrigatório, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto.

Deve, portanto, a presente petição ser enviada a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, acompanhada dos respectivos elementos instrutórios, para que se proceda ao agendamento do seu debate em plenário.”

Submetido à votação, foi o relatório final desta petição aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

No quarto ponto da Ordem de Trabalhos, interveio a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) para sustentar que a informação distribuída relativa ao Projecto de Lei n.º 183/X (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) deveria ser apreciada em momento posterior, logo que o grupo de trabalho da 9.^a e 11.^a Comissões, constituído para a apreciação, na especialidade, daquele Projecto de Lei e da Proposta de Lei n.º 116/X (GOV), tivesse terminado as audições que deliberou realizar, tivesse produzido o respectivo relatório e informado sobre o seu conteúdo a 11.^a Comissão. Esta sugestão foi aceite por consenso.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que o Grupo Parlamentar do PS reuniu para apreciar a competência da 11.^a



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Comissão relativamente às Propostas de Lei n.ºs 198/X e 208/X, ambas do Governo, não parecendo merecer qualquer dúvida que a PPL n.º 198/X nada tem a ver com a 11.ª Comissão, devendo ser proposto a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República o seu reenvio à 9.ª Comissão. Já no que diz respeito à PPL n.º 208/X, para cuja apreciação é competente a 11.ª Comissão, sugeriu que a 9.ª Comissão pudesse apenas dar o seu parecer. Esta tomada de posição foi consensual, tendo o Senhor Presidente assegurado que oficiaria a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República dando conta daquela deliberação. Da PPL n.º 208/X (GOV) foi designada relatora a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos a Petição n.º 432/X/3.ª foi admitida por unanimidade, registando-se a ausência do BE. Dela foi igualmente designada relatora a Senhora Deputada Esmeralda Salero Ramires (PS).

No último ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) disse que importava agendar as audições propostas com a CGTP-IN, a UGT, o STE, a FESAP e a Frente Comum no âmbito da apreciação, na especialidade, do Estatuto disciplinar dos trabalhadores que exercem funções públicas. Foi então deliberado que as mesmas seriam agendadas para o dia 24 de Junho, uma vez que na próxima reunião, dia 17 de Junho, a Comissão procederia às audições requeridas pelo CDS-PP e pelo PS e aprovadas sobre o modelo de financiamento e as condições de financiamento dos ATL's.

A reunião foi encerrada às doze horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de Junho de 2008.

O PRESIDENTE,

Vítor Ramalho



COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
Costa Amorim
Custódia Fernandes
Esmeralda Salero Ramires
Fernando Antunes
Jorge Strecht
Luís Rodrigues
Maria Cidália Faustino
Maria José Gamboa
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Miguel Queiroz
Vitor Ramalho
Jorge Machado

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Francisco Lopes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos
Isabel Coutinho
Isabel Santos
Pedro Mota Soares
Pedro Quartim Graça